

*Artigo

Novo imposto sobre doações e heranças: um risco iminente para o empresário rural

Na tentativa de aumentar a arrecadação, as primeiras medidas tomadas pelo governo em momentos de crise financeira, como a que atravessa o país, costumam ser a criação de novos tributos e/ou o aumento das alíquotas dos impostos já existentes. Mais uma vez essa prática se repete e representantes do Senado formularam um Projeto de Emenda Constitucional, a PEC 96/2015, que tem por objetivo criar mais um tributo: o Imposto sobre Grandes Heranças e Doações. Atualmente, a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 155, dá a competência aos Estados para a cobrança do imposto sobre as heranças e doações, chamado de Imposto Transferência Causa Mortis e Doação (ITCD ou ITCMD). Na prática, cabe à União, por meio do Senado Federal, estipular a alíquota máxima do ITCD, que hoje é de 8%, ao passo que cada Estado, através de Lei estadual específica, regulamentação e institui a cobrança.

Se aprovada, a nova proposta não retira o poder de tributar do Estado e, sim, cria um tributo adicional, administrado pela União. Em suma, além do imposto já existente, haverá um novo tributo sobre o mesmo fato gerador.

A criação do imposto adicional sobre as heranças e doações é uma alternativa do Senado Federal ao chamado “Imposto sobre Grandes Fortunas” e atinge os contribuintes que possuem patrimônio avaliado em mais de R\$ 3 milhões. De acordo com a PEC em votação, a alíquota pode chegar a 27,5%, variando de acordo com a base de cálculo.

Porque o empresário rural deve se preocupar?

Por enquanto, a proposta da criação de um novo imposto serve apenas como um alerta. No entanto, no dia 30 de junho de 2016, o presidente do Senado, Renan Calheiros, concedeu uma entrevista coletiva à imprensa nacional afirmando que a PEC 96/2015 está entre as prioridades do congresso, evidenciando a iminência da aprovação da medida.

A preocupação do empresário rural com a elevação dos impostos incidentes sobre a transferência do patrimônio não é de hoje. Em 2015, durante as palestras, cursos, entrevistas à emissoras de rádio e visitas à produtores de todo o Brasil, os consultores da Safras & Cifras, que há quase 30 anos acompanha as empresas rurais familiares, foram exaustivamente questionados quanto à chamada “federalização” do imposto sobre heranças e doações.

Em um primeiro momento, chegou a ser veiculado na imprensa nacional a intenção do governo federal de instituir um imposto com a alíquota de aproximadamente 20% sobre o valor do patrimônio. Na época, o impacto do aumento das alíquotas estaduais, aliado à preocupação com a possível criação de um novo tributo federal, refletiu diretamente na antecipação do planejamento de sucessão familiar por parte dos empresários rurais brasileiros.

Como a PEC afeta a sucessão familiar rural?

Hoje, com a oficialização da PEC 96/2015, é sabido que a carga tributária pode ser ainda maior do que era esperado no ano passado, já que a proposta prevê uma alíquota que varia progressivamente de acordo com o valor do patrimônio, chegando à 27,5%.

Em um exemplo prático, na transferência de um patrimônio avaliado em R\$ 8 milhões, seja em vida (doação) ou após à morte (herança), os filhos sucessores teriam que arcar com a incidência de um imposto federal de R\$ 2,2 milhões. Desta forma, em virtude do imposto adicional sobre herança e doação, no processo de sucessão familiar, o patrimônio construído pelo antecessor, ora avaliado em R\$ 8 milhões, seria reduzido para R\$ 5,8 milhões, sem contar o imposto já existente e de competência estadual.

Acrescentando no cálculo o valor de ITCD, partindo do princípio que o antecessor more em um Estado que aplica a alíquota máxima de 8%, prevista na constituição, mais de 35% do valor do patrimônio seria repassado aos cofres públicos, restando aos sucessores do negócio um patrimônio estimado em R\$ 5,1 milhões. Tal diminuição patrimonial representa um volume considerável e pode interferir diretamente nos novos rumos a serem tomados e na continuidade do negócio familiar.

Diante da iminência da criação de mais um imposto, dentro do cenário atual de incerteza política e econômica, a Safras & Cifras pode assegurar que tanto os empresários rurais que já possuem um bom nível de maturidade organizacional, como os que estão em busca disso através de um planejamento sucessório e de uma estruturação tributária bem elaborados, serão os menos afetados pelos impactos negativos da medida proposta pelo Senado Federal.

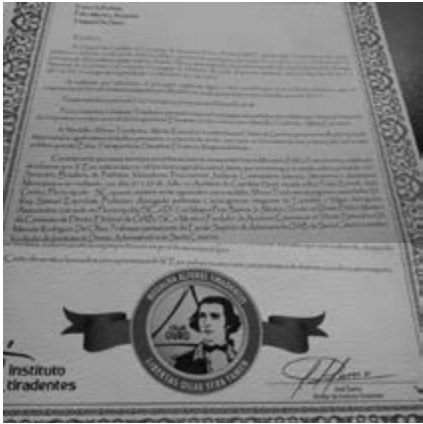
Ciloter Borges Iribarrem
Consultor em Governança e Sucessão Familiar em empresas rurais
ciloter@safrasecifras.com.br

Hugo Monteiro da Cunha Cardoso
Graduado em Ciências Contábeis e especialista em Direito Tributário
hugo@safrasecifras.com.br

*Curtas

Condecoração do MPF

O Prefeito de Tangará da Serra, Fábio Martins Junqueira, foi condecorado com a Medalha Alferes Tiradentes. A Medalha, uma alta honraria entregue a Gestores Públicos de todo o país lhe foi conferida e à sua gestão pela classificação na Estratégia de avaliação do Portal de Transparência e Combate a Corrupção promovido pelo Ministério Público Federal (MPF). O reconhecimento foi divulgado pelo chefe do Executivo esta semana através das redes sociais. A Medalha Alferes Tiradentes é conferida pela Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal e tem por objetivo promover a total transparência dos atos públicos e combater o mal uso do dinheiro público, combatendo assim para a prevenção da corrupção. Para conceder a condecoração ao Prefeito de Tangará da Serra, o MPF considerou a avaliação que selecionou as principais exigências legais e itens considerados de boas práticas. Foram avaliados portais dos 5.567 Municípios, 26 Estados e o Distrito Federal.



Greve educação

O governador Pedro Taques se reuniu ontem com duas das três categorias de servidores públicos de Mato Grosso que estão em greve desde o dia 31 de maio. A reunião com os integrantes da Adunemat e com do Sintesmat, ambos ligados a Unemat, teve como principais temas a cobrança pelo pagamento integral da RGA, fixada em 11, 28%, e a necessidade de haver concurso público.

Pelo fim

O governador voltou a pedir o fim da greve para os 80 presentes na reunião, ressaltando que a atual situação econômica o impedia de pagar na integralidade o RGA de 2016. “Como governador estou tendo de tomar decisões difíceis, amargas. Não parcelei o RGA porque eu quero, parcelei porque eu hoje tenho condições apenas de manter o salário em dia”, declarou o governador.

Adunemat

Em fala aberta, o presidente da Adunemat, Luiz Jorge Brasilino, elogiou a atitude do Executivo, em chamar os grevistas para a reunião, e defendeu ainda que é necessário aumentar a receita destinada à Unemat. “A universidade ampliou em muito os cursos e a vagas, e os investimentos para suportar isso não acompanharam esse mesmo ritmo. Laboratórios, equipamentos e infraestrutura já sentem isso”.

Sintesmat

Já o presidente do Sintesmat, Luiz Wanderlei Santos, aproveitou a presença do governador para cobrar melhor esclarecimentos quanto a reforma administrativa, que envolve a Seciteci e a Fapemat. Ainda na presença dos profissionais da educação superior estadual, o governador Pedro Taques propôs uma nova reunião nesta quinta-feira, 14, para debater aumento do repasse à Universidade.

*Bastidores da Política

Morada do Sol

O manifesto realizado na manhã desta quarta-feira por alguns moradores do bairro Morada do Sol foi contraditório, pois brigavam para o município não fazer o asfalto ou melhor, para asfaltar todo o bairro ou não queriam nada. O pior de tudo isso, de acordo com uma moradora, é que a sugestão do manifesto partiu de um vereador.

Incitação

Essa moradora afirmou que o vereador esteve no bairro logo no início da manhã, após tomar conhecimento que nem todo o bairro seria pavimentado, pois as demais ruas necessitavam primeiro de obras de galeria pluviais. Desta forma ele incitou os moradores a se juntarem contra o Executivo Municipal, trancando ruas do bairro.

Discussões

A segunda audiência pública para discutir a política quanto à ciência e tecnologia, na nova reforma administrativa do Poder Executivo estadual, contou com a participação, em massa, de professores e alunos das instituições, de vários municípios, ligadas ao tema. Secretários de governo e deputados estaduais participaram das discussões.

Fusão

O secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques foi categórico ao afirmar que o governo nunca cogitou a possibilidade de extinguir a Secitec, mas, admitiu que uma possível fusão. “Em momento algum o governador Pedro Taques falou em acabar com a Secitec (...) Sobre a Fapemat nunca houve nenhuma discussão para extingui-la”.

Tiro pela culatra

Mas a tentativa de pressão não surtiu efeito. Aliás, apenas adiantou o trabalho de pavimentação no Alto da Boa Vista. Os moradores, que só veriam as máquinas da Sinfra daqui 20 dias, já receberam a equipe da Infraestrutura. Agora os moradores do Morada do Sol, infelizmente, continuarão sem nada por culpa de uma minoria.

Secitec

Criada em 2002, a Secitec tem o orçamento em R\$ 49 milhões, contudo, este ano já sofreu um corte de 25%. A Pasta é responsável por nove escolas, tendo um total de 6 mil alunos. Já a Fapemat conta com R\$ 38 milhões, que são investidos através de bolsas de iniciação científica e doutorado, sendo aproximadamente 570 bolsas.

Reforma

A especulação quanto ao conteúdo da nova reforma administrativa, voltada à área de ciência e tecnologia, causou preocupação. E para que fossem sanadas as dúvidas sobre a possível extinção da Secitec e a Fapemat, o deputado Dr. Leonardo realizou duas audiências. A primeira foi em Cáceres, tendo em vista que a iniciativa partiu dos professores daquele campus.

Combate à violência

A AL/MT firmou parceria com a Secretaria de Justiça para desenvolvimento do projeto “Exército de Marias da Penha”. O projeto pretende combater os casos de violência no estado a partir da formação de um “exército” de voluntários, que serão capacitados e disseminarão em suas comunidades informações relacionadas a violência contra a mulher.

Sachetti destina emenda para equipar hospital de Tangará

O município de Tangará da Serra foi contemplado com uma emenda parlamentar no valor de R\$ 200 mil, indicada pelo deputado federal Adilton Sachetti. O recurso, que virá do Ministério da Saúde, será usado para a compra de equipamentos e materiais permanentes para o Hospital Municipal Arlete Daisy Cichetti de Brito. O secretário Itamar Bonfim comemorou a aprovação da emenda parlamentar. “Com a entrega das obras do novo hospital municipal, estamos precisando de camas hospitalares, berços aquecidos para os recém-nascidos e aparelhos importantes como eletrocardiógrafos, entre outros. Ficamos muito felizes com a indicação do deputado Adilton Sachetti”.



Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

fds

tds

Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Avenida Tancredo Neves, 1247-4K Parque Maniobras • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000

Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenópolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Bana do Bugre, Campo Novo do Parecis e Sapezal.

Tragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Tormes

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Reinaldo Manarim Neto

Maykon Henrique Moura

Evertton Matheus N. Campos

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

GRÁFICA

E. Tormes & Cia Ltda-ME

Avenida Tancredo Neves, 1247-4K, Sala 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

CONTATO

adm@diariodaserra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br